

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ - CEST
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

VERÔNICA LIMA FERNANDO

**CULTURA MATERIAL E IDENTIDADE CULTURAL: OU COMO OS TEFENSES
PERCEBEM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO**

TEFÉ - AM

2018

VERÔNICA LIMA FERNANDO

**CULTURA MATERIAL E IDENTIDADE CULTURAL: OU COMO OS TEFEENSES
PERCEBEM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Universidade do Estado do
Amazonas – UEA, como requisito para
obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Msc. Yomarley Lopes de Holanda
Co orientador Dr. Eduardo Kazuo Tamanaha

TEFÉ - AM

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

F363c Fernando, Verônica Lima

Cultura material e identidade cultural: ou como os tefeenses percebem o patrimônio histórico e arqueológico / Verônica Lima Fernando. Manaus: [s.n], 2018. 57 f.: color.; 30 cm.

Graduação em História - Licenciatura - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.

Inclui bibliografia.

Orientador: Holanda, Yomarley Lopes de

Coorientador: Tamanaha, Eduardo Kazuo

1. Cultura material. 2. Patrimônio cultural. 3. Percepções. 4. Tefé. I. Holanda, Yomarley Lopes de (Orient.). II. Tamanaha, Eduardo Kazuo (Coorient.). III. Universidade do Estado do Amazonas. IV. Cultura material e identidade cultural: ou como os tefeenses percebem o patrimônio histórico e arqueológico

VERÔNICA LIMA FERNANDO

**CULTURA MATERIAL E IDENTIDADE CULTURAL: OU COMO OS TEFEENSES
PERCEBEM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO**

Esta Monografia foi julgada para obtenção do título de Licenciado em História e aprovada em sua forma final pelo curso de História.

Banca Examinadora:

Prof. Orientador Msc. Yomarley Lopes Holanda
UEA

Prof. Membro Msc. Cecília Creuza Melo Lisboa
UEA

Prof. Membro Msc. Manoel Domingos de Oliveira
UEA

Tefé, _____ de _____ de 2018.

Aos que estão nas trincheiras ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Desenvolver um projeto de pesquisa não é uma tarefa fácil, ainda mais quando sua vida parece estar de “pernas pro ar”. Durante esse processo, tive a sorte de poder contar com pessoas que me ajudaram e apoiaram em diversos momentos. Dedico esse espaço a agradecer aquelas que estiveram mais frequentemente ao meu lado e às forças do universo que me guiaram na jornada acadêmica.

Primeiramente agradeço ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá onde tive a oportunidade de conhecer mais profundamente o universo da pesquisa. Foi durante o programa PIBIC Sr. que conheci pessoas que foram fundamentais na minha vida acadêmica, e tive experiências muito significativas com a pesquisa.

Agradeço a meu primeiro orientador, Alex Coelho (primeiro orientador a gente nunca esquece, né?), por guiar meus primeiros passos na pesquisa. Agradeço também aos amigos que fiz durante esse período e que contribuíram de várias maneiras para minha formação, em especial à Márcio Amaral, Maurício Silva e Rafael Lopes.

Agradeço aos meus orientadores, Prof. Msc. Yomarley Lopes de Holanda e Dr. Eduardo Kazuo Tamanaha, por me guiarem durante a realização dessa pesquisa. Sem seus conselhos e orientações não teria sido possível realizar esse trabalho. A eles meu muito obrigada!

Não poderia deixar de mencionar também os sujeitos da minha pesquisa, especialmente à Wenny por toda ajuda. A todos que disponibilizaram seu tempo para ceder entrevista: Obrigada pelas conversas e pela troca de experiências!

Agradeço à minha família por sempre me apoiar e estar comigo em todos os momentos da minha vida: minha linda mãe Francisca Eva e minha irmã Joelma Lima. Grata ao universo pela existência de vocês! A meu pai, Josias Fernando e à minha avó Raimunda, já não mais entre nós, por sempre me incentivarem a estudar.

Por último, mas não menos importante, deixo um agradecimento especial a meus amigos: Laísse, Jessica Emiliane, Cristina Barbosa, Claudioney, Silvia Carla, por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis; por “segurarem a onda” por mim, tentando me animar ou chamando para tomar aquela cerveja gelada e chorar as mágoas juntos. Obrigada por estarem ao meu lado quando minha luz se apagou e por me ensinarem a brilhar novamente. Amo muito vocês!

"Todo patrimônio é doação do passado e parte de nosso presente contínuo"

Michel Parent

RESUMO

Para compreender as relações entre pessoas e objetos, quando falamos de patrimônio cultural, deve-se primeiramente verificar a importância e o lugar desses objetos na memória e identidade dos sujeitos. Nesse sentido, levando em consideração os estudos que vêm se desenvolvendo acerca da questão patrimonial e identitária, esse trabalho buscou averiguar os discursos de moradores da cidade de Tefé-AM sobre o que consideram como patrimônio cultural e a forma como se apropriam destes. Como referencial teórico-metodológico, nos apoiamos em autores que discutem a relação entre cultura material, memória e identidade cultural, como Catroga (2015), Funari e Pelegrini (2009) e Hall (2014). Para análise da questão proposta neste trabalho, foram realizadas entrevistas com 18 moradores de diferentes bairros da cidade, que permitiram identificar o que é considerado patrimônio em Tefé, os discursos e as formas de apropriação dos bens culturais.

Palavras-chave: Cultura material. Patrimônio cultural. Percepções. Tefé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica da cidade de Tefé/AM.....	26
Figura 2: Algumas das casas mais antigas da cidade.	28
Figura 3: Academia de Letras e Artes de Tefé antes de sua destruição.	35
Figura 4: Hotel e Galeria Stylos Hall, construído no lugar da ALCAT.	36
Figura 5: Prédio onde funciona a Rádio Rural de Tefé.	37
Figura 6: Prédio da Capitania dos Portos.	39
Figura 7: Mercado municipal de Tefé/AM em 1983.	40
Figura 8: Mercado Municipal de Tefé atualmente.	40
Figura 9: Palácio Bertholletia Excelsa, sede da Prefeitura de Tefé, 19-.	41
Figura 10: Palácio Bertholletia Excelsa atualmente.	41
Figura 11: Seminário São José, Tefé/AM.	42
Figura 12: Igreja Matriz de Santa Tereza, Tefé/AM.	43
Figura 13: Construções da Missão.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados dos moradores entrevistados.	31
Tabela 2: Construções citadas pelos moradores.	33

SUMÁRIO

RESUMO	07
LISTA DE FIGURAS	08
LISTA DE TABELAS	09
SUMÁRIO	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: A CULTURA MATERIAL E A QUESTÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL	14
1.1. Panorama sobre cultura	14
1.2. A trajetória do patrimônio histórico cultural	18
1.3. A formação da identidade cultural através da memória e do patrimônio cultural material.....	24
CAPÍTULO II: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO EM TEFÉ/AM	26
2.1. Breve contextualização do município de tefé/am.....	26
2.2. O urbano e a preservação do patrimônio histórico e arqueológico em tefé	29
2.3. Trajetória e procedimentos da pesquisa.....	30
CAPÍTULO III: PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE EM TEFÉ	33
3.1. As pessoas e os objetos: percepções da população de tefé sobre o patrimônio material	33
3.1.1. Vestígios arqueológicos e as identificações em Tefé	45
3.2. Preservação e fruição do patrimônio cultural: interesses e conflitos.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	56

INTRODUÇÃO

A cultura material representa tudo aquilo que é tangível, produzido, modificado e constantemente interpretado pelo homem (FUNARI e CARVALHO, 2009). No Brasil é possível identificar diversas expressões da cultura material, que são reconhecidas como patrimônio cultural do país e estão relacionadas à identidade da população. São exemplos disso o Pelourinho (Salvador, BA), o Teatro Municipal Casa da Ópera (Ouro Preto, MG), Ruínas de São Miguel das Missões (RS), o Museu Histórico Nacional (RJ), Sítio Arqueológico Morro das Tocas (União da Vitória – PR), dentre outros exemplos de manifestações da cultura material (IPHAN, 2018).

No estado do Amazonas, a cultura material se mostra de maneira muito forte, através por exemplo, dos grandes monumentos históricos como o Teatro Amazonas (Manaus), construção do século XIX que representa o auge da época da borracha no estado; e os vestígios arqueológicos, expressão mais abundante da cultura material, dado o grande número de antigas aldeias indígenas que existiam na região antes da colonização.

Na cidade de Tefé, localizada no interior do estado do Amazonas, médio Solimões, é possível identificar várias construções que são expressões do patrimônio cultural material, como o Seminário São José, a Missão e a Igreja Matriz de Santa Tereza, construções muito conhecidas, divulgadas como pontos turísticos e estudadas pela produção científica local. Já no que diz respeito ao patrimônio arqueológico do município, apesar de sua importância como vestígio do passado histórico do mesmo e de seus habitantes, este tem sido alvo de poucos estudos e reflexões, principalmente no que diz respeito ao lugar deste na memória e identidade da população de Tefé.

Entre os anos de 2016 e 2017 foi desenvolvido um projeto de Iniciação Científica, financiado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), através do repasse realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação (MCTIC) e desenvolvido junto ao Laboratório de Arqueologia do IDSM. Essa pesquisa se propôs a dar os primeiros passos na discussão acerca do patrimônio arqueológico e a identidade cultural da população de Tefé, buscando compreender os significados e as relações entre os vestígios arqueológicos e a população da cidade (FERNANDO, 2017). Durante a realização desse projeto, questões mais profundas, que não estavam contempladas nos objetivos do trabalho, apresentaram-se e mostraram-se importantes de serem estudadas, levando a se pensar no desenvolvimento de um trabalho mais extenso, que abarcasse todo o patrimônio cultural material e questões relacionadas ao processo de desenvolvimento e urbanização da cidade,

preservação do patrimônio histórico e arqueológico e a relação destes com a memória e identidade da população de Tefé.

Nesse sentido, levando em consideração as discussões historiográficas e de outras áreas das ciências humanas e sociais que vem se desenvolvendo acerca da questão da identidade cultural e memória social, faz-se necessário inserir a cidade de Tefé nessa ampla discussão, dada a pouca produção científica para o interior do Amazonas nesse sentido. Assim, pretende-se discutir o lugar da cultura material na identidade dos sujeitos, através das percepções e relações estabelecidas entre sujeito e objeto.

Para tanto, buscou-se colher informações acerca dos discursos da população sobre o patrimônio cultural material, tendo como objetivo averiguar a relação entre o desenvolvimento urbano, a preservação do patrimônio histórico e arqueológico e sua implicação na memória e identidade dos moradores.

Para elucidar essas questões, a presente monografia está dividida em três capítulos. O Capítulo 1 “A cultura material e a questão da memória e identidade cultural” tem por objetivo abordar conceitos fundamentais para a compreensão da temática sobre patrimônio cultural e construção de identidades. Começamos por apresentar, no subcapítulo 1.1 “Panorama sobre cultura”, o desenvolvimento desse conceito ao longo do tempo e suas diferentes abordagens, tendo como principal referência teórica o trabalho de Roque de Barros Laraia (2001), “Cultura, um conceito antropológico” e outros autores da antropologia e da história.

O subcapítulo 1.2 “A trajetória do patrimônio histórico cultural”, busca situar o conceito de patrimônio cultural, apresentando um panorama da trajetória do patrimônio, desde as primeiras concepções até as ações desenvolvidas no mundo e no Brasil para sua preservação. Para tanto, utilizamos como principal referencial teórico o trabalho de Funari e Pelegrini (2009) “Patrimônio histórico e cultural”, que aborda os caminhos e ações sobre o patrimônio cultural ao longo do tempo. O intuito é partir da elucidação de conceitos e apresentação de trajetórias que são fundamentais para a compreensão e reflexão acerca da relação entre patrimônio cultural, memória e identidade cultural.

O subcapítulo 1.3 “A formação da identidade cultural através da memória e do patrimônio cultural material”, apresenta uma discussão acerca da memória e identidade cultural e o papel do patrimônio material na formação e/ou manutenção destes. Embasados principalmente nos trabalhos de Fernando Catroga (2015) “História, memória e historiografia” e de Stuart Hall (2014) “A identidade cultural na pós-modernidade”, discutimos as relações da cultura material com a memória e identidade cultural, pensando a cultura material como parte integrante na formulação e construção de identidades.

O Capítulo 2 “O patrimônio histórico e arqueológico em Tefé/Am” procura situar o local de estudo, além de apresentar a situação atual do patrimônio histórico e arqueológico da cidade – subcapítulo 2.2 -, e um detalhamento da metodologia de trabalho para o desenvolvimento deste estudo. Muito embora as construções antigas da cidade não tenham sido tombadas em nenhuma instância, elas representam uma memória vinculada à trajetória histórica da cidade e, portanto, são apropriadas pelos moradores como patrimônio histórico cultural.

Nesse sentido, o Capítulo 3 “Patrimônio cultural, memória e identidade em Tefé” visa apresentar, ao longo dos subcapítulos 3.1 e 3.2, as diferentes percepções dos moradores sobre o patrimônio cultural da cidade, entender o que é considerado como patrimônio pelos indivíduos e de que forma se apropriam deste, isto é, como o patrimônio cultural se vincula a sua memória e identidade cultural. Visa também discutir acerca da questão da preservação patrimonial, muito citada pelos moradores em suas narrativas, e os interesses e conflitos que podem se apresentar.

CAPÍTULO I: A CULTURA MATERIAL E A QUESTÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL

Neste primeiro capítulo nos dedicaremos a abordar os conceitos de cultura, patrimônio e identidade cultural, com base nas discussões desenvolvidas ao longo do tempo por diversos autores das ciências humanas e sociais. A elucidação de tais conceitos é fundamental para a compreensão da temática a ser discutida neste trabalho. Nosso foco principal está na cultura material, mais precisamente no patrimônio histórico e arqueológico, buscando entender seu lugar na formação da memória e identidade cultural das pessoas e grupos sociais.

Veremos como o patrimônio cultural material, enquanto vestígio do passado, vincula-se com a memória e identidade dos sujeitos, evitando o esquecimento do passado histórico e dos acontecimentos sociais.

1.1. Panorama sobre cultura

As discussões acerca do conceito de cultura são amplíssimas, tanto nas ciências humanas como sociais, principalmente na antropologia. Contudo, apesar dos diversos estudos e discussões, ainda é difícil estabelecer uma definição para o mesmo, dada a amplitude e a complexidade do termo. Sua origem etimológica vem do latim *cultura, culturae*, que no viés da Agricultura, significa a ação de “tratar” ou “cultivar”¹, referindo-se à noção de cultivo. Ou seja, relaciona-se a tudo aquilo que é produzido pelo homem e que não provém diretamente da natureza, mas sim das suas ações sobre/no meio ao qual faz parte.

O conceito original de cultura, dissociado do sentido natural, nasceu no iluminismo por volta do século XVIII, referindo-se ao cultivo da mente, ao esclarecimento. Sob esse olhar, a cultura “[...] seria um agente da mudança do status quo, e não de sua preservação [...]” (BAUMAN, 2013) ou seja, a cultura aparecia como um bem que uns possuíam e outros não e, portanto, os diferenciava enquanto sujeitos.

Laraia (2001) apresenta um panorama do desenvolvimento do conceito de cultura, apontando as principais contribuições de antropólogos para o conceito moderno que se tem do termo. Segundo o autor, a primeira definição de cultura, formulada do ponto de vista antropológico, foi pensada por Eduard Taylor; este considerava a cultura como um fenômeno

¹<https://www.dicionarioetimologico.com.br/cultura/> (Acesso em 17/05/18).

natural e passível de estudo sistemático, pois tinha causas e regularidades. Assim, Taylor buscava apoio nas ciências naturais para estudar a natureza humana.

Com esse viés, pautado nas ciências naturais, Taylor via as sociedades de forma bastante estratificada e distintas entre si, apontando a civilização europeia como o extremo do modelo de civilização, enquanto as tribos selvagens estariam na menor posição em uma hierarquia. É importante ressaltar que tal pensamento surge em um momento em que a antropologia, em seu estágio inicial, foi tomada por uma perspectiva evolucionista, advinda do impacto causado por *A origem das espécies* de Darwin na Europa (LARAIA, 2001). Essa perspectiva cultural evolucionista “[...] promovia o mundo ‘desenvolvido’ ao status de perfeição inquestionável, a ser imitada e ambicionada, mais cedo ou mais tarde, pelo restante do planeta.” (BAUMAN, 2013).

Sob esse prisma, acreditava-se que as culturas se desenvolviam de maneira uniforme, e esperava-se que estas seguissem caminhos que outras culturas, consideradas avançadas, já haviam trilhado (LARAIA, 2001). Ou seja, haveriam etapas pelas quais uma cultura deveria passar para ser considerada “avançada”, estabelecendo-se uma escala evolutiva onde diferentes sociedades humanas, no tempo e no espaço, eram classificadas de forma hierárquica e conseqüentemente discriminatória.

“A principal reação ao evolucionismo, então denominado método comparativo, inicia-se com Franz Boas [...]” (LARAIA, 2001), esse antropólogo desenvolveu a chamada Escola Cultural Americana e defendia que a cultura segue seu próprio caminho, de acordo com os diferentes acontecimentos históricos vivenciados ao longo do tempo.

Outro antropólogo que trouxe uma importante contribuição para a ampliação do conceito de cultura foi Alfred Kroeber, ele defendia a ideia de que a cultura determina as ações do homem e justifica as suas realizações. Nesse sentido, Kroeber também se afasta da concepção evolucionista, pois afirmava que o ser humano age segundo padrões culturais próprios. Kroeber apontava a cultura como um meio de adaptação aos ambientes ecológicos, que possibilitou ao homem criar/modificar ferramentas que o permitiram transformar seu ambiente, passando a depender mais do aprendizado do que de condições genéticas determinadas (LARAIA, 2001).

Caminhando para o conceito moderno de cultura, Kroeber defendia que esta possui um caráter acumulativo, pois resulta das experiências históricas das gerações anteriores, ou seja, a cultura é transmitida de geração para geração.

Contudo, Laraia (2001) contrapõe-se a duas das defesas de Kroeber: 1) o ofuscamento dos instintos pela cultura; 2) cultura como um processo acumulativo. Em relação ao primeiro ponto, o autor afirma que nem todos os instintos foram ofuscados pelo desenvolvimento da cultura e cita o exemplo de uma criança que ao nascer busca os seios da mãe para a sucção. Tal ato figura um instinto que independe da cultura para acontecer. No segundo ponto, Laraia (2001) enfatiza o papel do sistema de comunicação oral do homem, a fala, para a transmissão das experiências culturais, apontando que, ainda que a cultura tenha caráter acumulativo, este não seria possível se não houvesse um sistema de comunicação que permitisse esse processo de acumulação. Assim,

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. (Op. Cit.)

O conceito de cultura tem passado por muitas reformulações ao longo do tempo. Nesse sentido, a antropologia moderna buscou a reconstrução desse conceito, tentando torná-lo mais preciso. Uma das abordagens que buscam essa precisão conceitual é a que se refere à cultura como um sistema adaptativo. Defendida por antropólogos neo-evolucionistas como Leslie White, essa abordagem considerava a mudança cultural como um processo semelhante à seleção natural, onde o homem deveria manter uma relação de adaptação com o meio para poder sobreviver (LARAIA, 2001). Tal concepção influenciou estudos como o de Betty Meggers na Amazônia que, orientada pelo determinismo ecológico, sustentava a ideia de que a região de floresta tropical não poderia sustentar sociedades complexas, desenvolvendo teorias de adaptação humana na floresta tropical e expansão dos povos indígenas.

Outra abordagem de cultura, desenvolvida por Claude Lévi-Strauss, considera a cultura como sistemas estruturais, daí a origem do estruturalismo. Nessa abordagem, busca-se descobrir os princípios da mente humana que dão vida às manifestações culturais, considerando estas como parte da estrutura de uma sociedade. Isto é, considera a sociedade e sua cultura formadas por estruturas sob as quais são baseados costumes, língua, comportamento, entre outros (Op. Cit).

A última abordagem antropológica para cultura é aquela que a considera como sistemas simbólicos, desenvolvida pelos antropólogos Clifford Geertz e David Schneider. Geertz, especialmente, considera que os símbolos e significados são partilhados entre os indivíduos,

não dentro deles, tendo somente caráter público e não privado. Além disso, também entende a cultura como uma ciência interpretativa.

No campo da História, o advento da História Cultural contribuiu para tornar necessário aos historiadores a conceituação do termo cultura, ou ao menos tentar tornar mais evidente o que ele significa para a ciência histórica (MARTINS, 2012). A História Cultural tem combinado as abordagens da antropologia e história, dentre outras ciências, para estudar as tradições da cultura e interpretações culturais, ocupando-se com a pesquisa e representação de determinada cultura no tempo e espaço a partir, principalmente, do estudo empírico dos documentos materiais (REIS, 2003). Ela se apresenta como

[...] um campo de conhecimento que se preocupa com o ser humano, suas atitudes, suas relações uns com os outros, consigo mesmo, seus embates, resistências, lutas, suas culturas, arte, identidade, sujeitos [...] (MARTINS, 2012).

Nesse sentido, vários teóricos da história, como Peter Burke, Le Goff, Roger Chartier, dentre outros, buscaram encontrar uma definição para o termo cultura, dialogando não raras vezes com a Antropologia, utilizando de seus conceitos para tentar uma definição para o termo. De modo geral, a cultura tem sido entendida como o conjunto de valores, crenças, costumes, modos de fazer, artefatos e comportamentos por meio dos quais os indivíduos interpretam, interagem e transformam a sociedade em que vivem.

A cultura está sempre em movimento, ela se modifica seja internamente, seja por fatores externos, como contato com outras culturas. Ela também é constantemente (re) inventada, através por exemplo da apropriação de práticas e uso destas de formas particulares pelos indivíduos ou grupos sociais (Op. Cit.).

A busca por uma precisão conceitual, no que diz respeito a cultura, é uma questão inacabada, “[...] pois uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana.” (MARTINS, 2012). Sendo assim, não é possível estabelecer com precisão uma definição para cultura, dado também o seu próprio caráter de constante mudança e sua complexidade.

Sendo muitos os conceitos que se apresentam, fiquemos com o do antropólogo francês François Laplantine (2003) que apresenta uma proposta para o conceito de cultura onde, segundo ele, “[...] cultura é o conjunto dos comportamentos, saberes e saber-fazer característicos de um grupo humano ou uma sociedade [...]” (Op. Cit). Nesse sentido, o termo

abarcas todas as expressões e saberes próprios de um grupo, que são adquiridos através das experiências individuais e coletivas e transmitidos para os membros do mesmo.

A cultura se manifesta através de vários vieses, sendo um deles a cultura material. Tal termo está associado às expressões materiais produzidas pelo homem, ou seja, aquilo que é físico - como um objeto ou artefato -, e que é entendido pelos indivíduos como um legado, estando relacionado com a finalidade ou sentido que possui para a sociedade na definição de sua identidade cultural e que permite guardar a sua memória.

Assim, ao se pensar em cultura, pensamos também em patrimônio cultural que, de modo geral, é composto pelo conjunto de saberes e fazeres de um povo, e que remete à identidade deste (BERTAGNOLLI, 2015). Abaixo, apresentamos um panorama da trajetória do patrimônio, desde suas primeiras concepções até as ações para sua proteção e preservação, começando pelo contexto mundial até adentramos nas ações de proteção na América Latina, chegando por fim ao Brasil.

1.2. A Trajetória do patrimônio histórico cultural

O conceito de patrimônio possui uma longa trajetória, tendo sua origem do latino *patrimonium*², referindo-se a herança familiar ou pertencente ao patriarca, que no Império Romano detinha o direito de propriedade. Nesse sentido, o patrimônio estava relacionado primeiramente ao âmbito privado, e ligado diretamente aos interesses individuais e aristocráticos da elite romana (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

Com a difusão do cristianismo, a partir dos séculos IV-V, uma característica mais coletiva e não tão aristocrática, se acrescentou à noção de patrimônio: o caráter religioso. Esse caráter trazia os sentimentos religiosos como valores sociais compartilhados, expressados em formas materiais ou espirituais, como por exemplo a valorização das relíquias consideradas sagradas ou dos rituais. Contudo, o caráter aristocrático se mantinha, ainda que as novas interpretações populares acerca de patrimônio ganhassem força. Nesse sentido, a monumentalização de igrejas e construções de grandes catedrais - que figuravam um patrimônio coletivo, mas de caráter aristocrático -, vieram como uma reação das elites às novas leituras populares dadas ao patrimônio (Op. Cit.).

² www.dicionarioetimologico.com.br/patrimonio/ (Acesso em 17/05/18)

Uma mudança de perspectiva - embora o caráter aristocrático do patrimônio ainda se fizesse presente -, é trazida com o Renascimento ocorrido na Europa por volta do século XIV, e que viria a influenciar a trajetória do patrimônio por todo o mundo. Começou-se uma luta pelos valores humanos e um combate ao domínio da religião em vários âmbitos; nessa luta o humanismo, difundido durante a Renascença, buscou se inspirar na Antiguidade grega e romana e, para isso, seus estudiosos buscavam ler obras antigas e colecionar vestígios dessa Antiguidade.

Nesse sentido, surge uma prática conhecida como Antiquariado, fundada por humanistas que se preocupavam com o estudo, catalogação e coleta do que fosse considerado vestígio dos antigos, como pedras, moedas, inscrições, vasos de cerâmica, etc. Tal prática perdura até a atualidade na forma de colecionadores de antiguidades (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

O caráter aristocrático e privado do patrimônio, ainda mantido no Renascimento, foi aos poucos rompido a partir do surgimento do Estados Nacionais na Europa, que trouxe uma mudança radical para o conceito de patrimônio.

Foi a partir da Revolução Francesa, em 1789, que se desenvolveu o conceito moderno de patrimônio, pois, desejosa de criar uma nação que compartilhasse língua, valores e costumes comuns, a República que se formava difundiu, através da escola, uma língua nacional e uma origem em comum entre as pessoas. “O Estado nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território [...]” (FUNARI e PELEGRINI, 2009) . É dessa forma que foi se formando o conceito moderno de patrimônio, não mais no sentido privado das tradições antigas, mas no âmbito público, envolvendo todo o povo em uma rede de compartilhamento de valores, origem, costumes e etc.. Assim, o patrimônio começou a ser entendido como um monumento, edifício ou objeto que possuía valor tanto material quanto simbólico, pois era a representação material dos valores comuns compartilhados entre os indivíduos da nação.

A Revolução Francesa levantou também a preocupação em se proteger o que era considerado parte da história francesa. Segundo Choay (2011), ela contribuiu para se pensar as primeiras ações legais que visavam a proteção do patrimônio histórico, com a criação de atos jurídicos visando o tombamento do patrimônio, transferência de propriedade – do clero para a Nação -, e comissões voltadas para o desenvolvimento de ações de conservação e preservação, pensadas para o patrimônio material. Essas ações tinham por objetivo “[...] proteger os

monumentos que representavam a incipiente nação francesa e sua cultura.” (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

Ainda no contexto da França Revolucionária, foram criadas as instituições patrimoniais, como os museus, figurando uma outra forma de proteção ao patrimônio. O primeiro museu público, o Museu do Louvre na França por exemplo, surge em 1793. Esse museu se apresentava como um novo modelo, pois abriu ao público em geral o acesso a um rico acervo de arte, deixando de concentrar as obras apenas para o desfrute da elite.

Apesar das ações realizadas, a primeira lei voltada para a proteção do patrimônio francês foi cunhada apenas em 1887 e complementada em 1906 por uma legislação mais abrangente, que só foi possível graças a ampliação da noção de patrimônio, que permitiu que leis mais abrangentes fossem compiladas, visando proteger todos os tipos de patrimônio. Importante ressaltar que, as ações de proteção patrimonial na França figuraram um passo importante na questão da proteção do patrimônio, contribuindo para que se pensassem ações nesse sentido em todo o mundo.

As duas guerras mundiais, impulsionadas pelos nacionalismos, contribuíram para o ápice do patrimônio nacional, onde até vestígios mais distantes no tempo e espaço foram assimilados como parte da construção da nacionalidade, ou seja, da identidade nacional. Nesse sentido, os vestígios do passado foram utilizados inclusive para reivindicação de territórios e invasões militares, como a Alemanha nazista que se utilizou dos vestígios dos germanos, considerados seus antepassados, para justificar suas invasões territoriais (FUNARI e PELEGRINI, 2009) .

O fim da Segunda Guerra e criação da ONU e UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – em 1945, trouxe a superação do nacionalismo, que enfatizava um patrimônio homogêneo, e abriu portas para abordagens menos restritivas de cultura; buscando abranger a diversidade do patrimônio. Ganharam cena, nesse contexto pós-guerra, novos agentes sociais e a ideia de unidade nacional, com uma só cultura, língua e etc, foi perdendo força no âmbito das lutas sociais (Op. Cit.).

Com isso, a noção de patrimônio foi se expandindo, passando a abraçar questões não antes abordadas, como o meio ambiente, por exemplo. De acordo com Funari e Pelegrini, (2009) “Já no fim da década de 1950, a legislação de proteção do patrimônio ampliava-se para o meio ambiente e para os grupos sociais e locais, antes preteridos em benefício da nacionalidade.”. Dessa forma, a ênfase na diversidade possibilitou que uma variedade de patrimônios entrasse em cena e fossem contemplados pelas leis de proteção. A ampliação do

patrimônio trouxe também a crescente participação das pessoas na gestão dos bens patrimoniais, que deixaram de ser preocupação apenas do poder público.

Com o reconhecimento da importância da diversidade, os sítios declarados como patrimônio da humanidade pela conferência geral da Unesco de 1972 – a primeira convenção sobre o patrimônio mundial, cultural e natural -, foram considerados como pertencentes a todos os povos do mundo. De acordo com essa conferência, o patrimônio cultural é composto por monumentos - como obras arquitetônicas -, conjuntos de construções, pinturas, esculturas e vestígios arqueológicos, de importância para a memória e identidade dos povos e riqueza cultural. Definiu-se também o patrimônio natural, formado por formações físicas, geológicas, fisiográficas e biológicas, além de sítios com valor científico ou beleza natural (FUNARI e PELEGRINI, 2009) .

O objetivo era proteger os sítios patrimoniais ameaçados, tendo como foco a proteção do meio ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade e às populações tradicionais (Op. Cit.). Uma das ações da Unesco para proteção dos sítios patrimoniais da humanidade foi a catalogação de sítios ameaçados, principalmente aqueles que sofriam com o tráfico ilícito de bens culturais, prática muito comum no Egito por exemplo, onde diversas tumbas foram saqueadas e seus tesouros furtados para venda ilegal.

Assim, como exemplo de Patrimônio Cultural Mundial temos o Centro Histórico de Ouro Preto (MG), Centro Histórico de Olinda (PE), Missões Jesuíticas Guaranis - no Brasil, ruínas de São Miguel das Missões (RS), Santuário do Bom Jesus de Matozinhos - Congonhas (MG), dentre outros citados na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco (MACHADO e BRAGA, 2010).

Além da catalogação de patrimônios culturais, a Unesco tem procurado trabalhar com a formação de pessoal e programas para as escolas, visando integrar as populações locais nas ações de salvaguarda do patrimônio cultural. Em 2005, a Unesco também aprovou uma nova convenção que tratava do “[...] caráter não comercial dos bens culturais e ambientais da humanidade.” (FUNARI e PELEGRINI, 2009), buscando enfrentar a problemática em que consistem as pilhagens de bens culturais, visto que estas acabam por destruir o contexto que daria sentido aos objetos.

No âmbito da América Latina, os debates sobre o desenvolvimento sustentável das cidades têm buscado a valorização do patrimônio cultural e a reabilitação dos centros históricos, dado que estes são a representação da diversidade da própria cidade. Nesse sentido, a reabilitação dos centros históricos figura uma forma de fortalecer a identidade coletiva da

população, preservar os bens culturais a eles pertencentes, além de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, através por exemplo do turismo (Op. Cit.).

Contudo, Funari e Pelegrini (2009) apontam que as políticas de preservação do patrimônio na América Latina são ainda recentes. “Em termos práticos, elas surgiram a partir do momento em que a Unesco reconheceu alguns bens culturais latino-americanos como patrimônio da humanidade” (Op. Cit.), mas adquiriram maior força a partir das discussões levantadas pelo desenvolvimento do urbanismo moderno, ao se pensar o aumento da densidade populacional e o crescimento industrial entre os séculos XIX e XX, que legitimaram as reformas urbanas e conseqüentemente as demolições de áreas históricas.

Nesse sentido, a destruição dos monumentos, seja pelas guerras, seja em favor do crescimento industrial, levantou a questão da conscientização acerca dos valores identitários das estruturas antigas, enquanto lugares repletos de vivências e experiências sociais e vestígios da cultura material (Op. Cit).

Assim, nas últimas décadas do séc. XX as questões acerca do patrimônio e sua preservação foram ganhando mais ênfase, ao passo que se ampliava a noção de patrimônio histórico para patrimônio cultural.

No Brasil essa ampliação se deu através do Artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. [...] (BRASIL, 1988)

Saiu-se de uma perspectiva reducionista, pautada em episódios militares e grandes personagens, para abranger outros sujeitos sociais. Ou seja, passou-se a definir o patrimônio a partir dos referenciais culturais das comunidades.

Com essa nova visão, construções menos prestigiadas também foram reconhecidas como patrimônio, além de se reconhecer também o patrimônio de caráter intangível, representado nos saberes, ofícios e modos de fazer que são passados de geração a geração, além das celebrações, formas de expressão e práticas culturais coletivas. (SILVA, 2016; FUNARI e PELEGRINI, 2009). De acordo com dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN), no Brasil, as primeiras iniciativas visando a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, seja de caráter material ou imaterial surgiram a partir de 1916. Entre essas iniciativas está a criação do próprio IPHAN, em 13 de janeiro de 1937, que possibilitou o desenvolvimento de ações voltadas a preservação do patrimônio cultural brasileiro, material ou imaterial.

Os bens culturais materiais protegidos pelo IPHAN são classificados em quatro livros de Tombo, conforme sua natureza: belas artes; histórico; arqueológico, paisagístico e etnográfico; e das artes aplicadas. (IPHAN, 2018). Aqui se incluem as construções antigas, monumentos, sítios e materiais arqueológicos, dentre outros que são protegidos através dos livros de Tombo.

No que tange aos bens materiais de valor arqueológico, como visto mais acima, estes só foram reconhecidos como parte do Patrimônio Cultural Brasileiro no artigo 216 da Constituição de 1988, e a partir daí são protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, passando a serem bens patrimoniais da União, reconhecidos e protegidos legalmente com ajuda do IPHAN, que desenvolve projetos para a gestão do patrimônio cultural, através principalmente da Educação Patrimonial.

Esse ramo de estudo utiliza-se de processos educativos, sejam eles formais ou informais, para auxiliar a sociedade na compreensão sócio histórica através do patrimônio cultural material ou imaterial. Visa, além disso, contribuir para o reconhecimento desse patrimônio, além de sua preservação, valorização e fruição, sempre levando em conta o diálogo com a sociedade e a participação da mesma nas atividades desenvolvidas.

A questão patrimonial no Brasil tem uma trajetória longa (CARNEIRO, 2009), e tem buscado incorporar o diálogo com o outro como tema relevante para a pesquisa (SILVEIRA e BEZERRA, 2007). Essa noção implica que os bens patrimoniais devem ser identificados a partir da sua apropriação pelas comunidades, à medida que lhes são atribuídas significâncias no presente. Portanto, ainda é difícil estabelecer uma definição homogênea ao patrimônio, uma vez que essa definição incorpora múltiplos significados, que podem variar de acordo com as identidades de caráter pessoal ou social. Essas, por sua vez, são identidades cotidianamente construídas e reelaboradas pelas pessoas e grupos; o próprio patrimônio cultural é reelaborado, modificado ou preservado, como afirma Grumberg (2007), sobre as manifestações e expressões criadas pelo homem:

[...] Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança (Op. Cit).

Segundo essa concepção observamos que o patrimônio cultural, igualmente com a própria identidade cultural, como veremos abaixo, não possui caráter imutável, mas é fruto de escolhas dos indivíduos, podendo ser preservado, reinventado ou esquecido.

1.3. A formação da identidade cultural através da memória e do patrimônio cultural material

Como discutido no primeiro tópico, a cultura, de modo geral, representa o conjunto dos valores, crenças, comportamentos e saberes dos indivíduos de uma sociedade. Tal conjunto evoca no indivíduo um sentimento de pertencimento ao grupo social que pode ser chamado de identidade cultural.

Entendemos identidade cultural como um conjunto de valores fluidos e não estáticos, mas que podem ou não mudar de acordo com as escolhas e acontecimentos da vida social (BAUMAN, 2013; HALL, 2014) e que representa um conjunto de relações sociais e patrimônios simbólicos de natureza material e imaterial que são historicamente compartilhados entre pessoas e grupos.

Nesse sentido, a identidade cultural representa a memória do grupo social, acumulada durante várias gerações e que pode variar conforme o tempo e os acontecimentos sociais. Tal memória pode ser suscitada através das representações materiais, feitas pelo indivíduo juntamente com o grupo e que são capazes de despertar a recordação; é a chamada imagem-recordação, pois tem a função de combater o esquecimento através da recordação suscitada pelo objeto (CATROGA, 2015).

A memória e as representações materiais remetem ao modo como os seres humanos se relacionam com o seu passado e constroem sua identidade cultural; ela “[...] acentua as características inerentes à chamada memória coletiva e histórica [...]” (Op. Cit.), despertando no indivíduo um sentimento de identificação e reconhecimento com seu passado histórico e de seu coletivo.

Nesse sentido, é evidente que o patrimônio cultural, seja ele tangível ou intangível tem a capacidade de estimular a memória das pessoas que são vinculadas a ele historicamente (ROCHA, 2012), evitando o esquecimento do seu passado histórico. Dessa forma, a cultura

material também possui “[...] papel ativo nas relações dos homens entre si, com o meio natural e com o sobrenatural [...]” (SILVA, 2002), ou seja, ela atua na construção da percepção, preservação e fruição de conhecimentos contribuindo para a construção da alteridade dos grupos sociais e expressão de seus modos de pensar e viver. E como exteriorização de pensamentos e ideias, a cultura material possui uma infinidade de mensagens que devem ser entendidas segundo o contexto em que foram produzidas.

Segundo Pelegrini (2009), o patrimônio natural e cultural nos preenche de um sentimento de pertença remetendo às nossas origens e tradições, e assim forma nossa identidade. Portanto, todos os bens culturais se unem para formar a identidade de cada pessoa por meio da memória, formando o sentido de pertencimento a um ou mais grupos através de vínculos identitários e reforçando a identidade dos indivíduos (FERNANDO, 2016).

Assim sendo, o patrimônio histórico e arqueológico, enquanto cultura material, tem papel fundamental na construção da identidade cultural e na manutenção da memória coletiva e individual, pois, enquanto vestígio do passado é uma forma de luta contra o esquecimento ou a finitude humana. Ele é uma memória material que desperta a recordação e a identificação da pessoa com o objeto relacionado à sua ancestralidade, desempenhando a função social de formação da identidade.

Segundo Catroga (2015) “A memória poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias, centradas em suscitações que só os *traços-vestígios* do que já não existe são capazes de provocar [...]”. Dessa forma, o patrimônio material, enquanto traço-vestígio, é um elo entre o individual ou o coletivo e sua ancestralidade, permitindo também a compreensão de acontecimentos e processos culturais que ocorreram no passado e que contribuíram para a história do indivíduo/coletivo no presente.

No município de Tefé/AM, existem manifestações da cultura material que carregam histórias sobre o passado da cidade e de seus habitantes. Nos capítulos seguintes, veremos como o patrimônio material local é entendido e apropriado pelos moradores. Contudo, para entender o que será discutido, é preciso ter em mente o que foi apresentado acima, entendendo a cultura material como vetor importante para a manutenção da memória e identidade dos sujeitos.

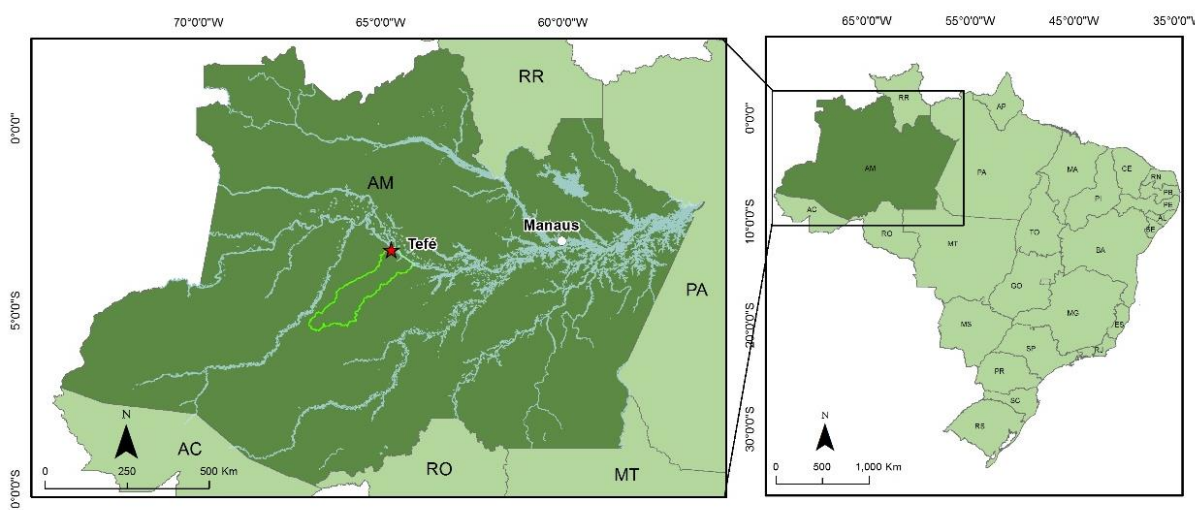
CAPÍTULO II: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO EM TEFÉ/AM

Neste segundo capítulo apresentamos uma contextualização do local de desenvolvimento desta pesquisa, a cidade de Tefé/AM, apontando brevemente sua trajetória histórica e a questão do espaço urbano e preservação do patrimônio histórico e arqueológico. Também nos dedicamos a apresentar a trajetória e procedimentos que foram realizados para se chegar ao resultado esperado neste trabalho.

2.1. Breve contextualização do município de Tefé/Am

O município de Tefé está localizado no interior do estado do Amazonas, médio rio Solimões, às margens do rio Tefé. Seu território abrange uma área de cerca de 23.692,223 km², sendo um dos municípios do estado de maior área territorial. Além do espaço urbano, sua área engloba também comunidades rurais ao redor do Lago Tefé³.

Figura 1:Localização geográfica da cidade de Tefé/AM.



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - Geoprocessamento (2018).

Em seus primórdios, o território onde se localiza a cidade era conhecido como Aldeia de Tefé, e era habitado por povos indígenas, em geral sob o domínio colonial e ação dos

³<https://www.ibge.gov.br/> (Acesso em 25/09/18).

carmelitas. Foi elevado oficialmente à categoria de Vila de Ega em 1759, quando termina a fase dos aldeamentos, fazendo parte da Capitania de São José do Rio Negro. O surgimento da Vila de Ega está diretamente relacionado as ações do Estado e da Igreja durante a colonização, como controle de território e catequização dos povos indígenas que habitavam a região (SANTOS, 2016).

É nesse período, século XVIII, que é construída a Igreja Matriz de Santa Tereza de Jesus, em suas primeiras formas, ainda de barro, no centro da povoação chamada Aldeia de Tefé, pelo missionário carmelita frei José de Santa Tereza Ribeiro. A igreja passou a desempenhar um importante papel na construção do espaço da Vila de Ega, pois acumulava muitas terras nas quais construía as paróquias e freguesias e atuava em toda a região. Dessa forma, o cotidiano da cidade se dava praticamente em torno da vida religiosa, através dos rituais, festividades e procissões (Op. Cit.).

Tendo em vista a atuação eclesiástica constante na Vila, a Igreja Matriz e a praça ao redor tornaram-se o centro da Vila de Ega, pois era lá que se davam as atividades religiosas, além de ser o lugar de encontro dos vários habitantes do lugar “[...] o espaço da praça aproximava as relações humanas, carregadas de significado simbólico e cultural expressadas pelas dinâmicas e costumes [...]” (SANTOS, 2016).

É em torno da Igreja Matriz que vão se desenhando os espaços da Vila, tornando-se a área de maior prestígio para a comunidade da época – e de hoje também -, e se constituindo como centro da povoação. Nesse processo de ocupação do espaço, predominou uma arquitetura colonial portuguesa, que hoje ainda se vê em algumas poucas casas mais antigas no município (Figura 02).

Figura 2: Algumas das casas mais antigas da cidade.



Fonte: Santos, Sandriele Pessoa dos. (2016, p. 80).

Após o desmembramento do Amazonas do Grã-Pará, o governo da então Província do Amazonas elevou a Vila de Ega à categoria de cidade, com a denominação de Tefé, em 1855. Desde então, Tefé tem crescido em diversos aspectos. Com uma população estimada em 60.154 habitantes (IBGE, 2018), a cidade é resultado da interação entre os povos que nela habitavam e os que passaram pela região ao longo do tempo, legando uma diversidade expressa nos traços culturais, sociais, políticos e econômicos.

No que diz respeito à religião, é predominante a matriz católica, talvez devido ao fato da cidade ter se desenvolvido sob a influência dessa matriz religiosa. Contudo, é possível encontrar também outras manifestações religiosas, como o candomblé, espiritismo, dentre outras. Na questão econômica, o setor que mais se destaca é o comércio, com grande quantidade de lojas voltadas para atender diversos setores, localizadas especialmente no centro do município. Em Tefé também há um constante fluxo de pessoas, devido sediar os principais Bancos, instituições de ensino superior, como a Universidade do Estado do Amazonas, quartéis militares, instituições de polícia, saúde e outras entidades importantes que movimentam o fluxo de pessoas na cidade.

Tefé possui muitas manifestações culturais, expressas tanto na forma imaterial como os festivais folclóricos, os conhecimentos tradicionais da culinária, pesca e modos de fazer e etc., quanto material, manifestas na etnografia, construções e materiais arqueológicos;

expressões culturais do passado e do presente, que são vestígios de tradições que se mantêm vivas na memória da cidade.

2.2. O urbano e a preservação do patrimônio histórico e arqueológico em Tefé

Como apresentado no capítulo anterior, o patrimônio histórico cultural diz respeito aos bens materiais ou imateriais produzidos pelo homem ao longo do tempo e possuidores de valor para o indivíduo e a sociedade enquanto portadores de mensagens e objetos de memória.

Em Tefé, temos como exemplo mais emblemático de patrimônio histórico cultural, grandes construções como o Seminário São José, construído no século XX, e que é um dos símbolos da atuação da Igreja no município; a Igreja Matriz de Santa Tereza, e outras construções e vestígios que são expressões materiais da cultura.

Em relação ao patrimônio arqueológico, este diz respeito aos bens culturais produzidos pelos seres humanos em tempos pretéritos, sendo considerado como herança cultural de um povo “[...] e cuja preservação e proteção são reivindicadas, pelo menos por parte da sociedade, como relevantes. [...]” (SCHAAN, 2007). Ele engloba os vestígios materiais – como os objetos cerâmicos e líticos muito encontrados na Amazônia -, modificações na paisagem e quaisquer vestígios resultantes da presença e ação humana em determinado lugar (Op. Cit.).

No município de Tefé, assim como na maioria das cidades e comunidades rurais do estado, é possível encontrar grande quantidade de sítios arqueológicos dispersos pela mesma e com indicativos da ocupação humana desde 1.610 a. C. (COSTA, 2012; TAMANAHA et al. 2015).

Apesar da quantidade considerável de sítios encontrados, os contextos arqueológicos do município são pouco conhecidos, dado os poucos trabalhos realizados sobre estes. As pesquisas sistemáticas na área se iniciaram nos anos 50 com alguns trabalhos pontuais de Peter Hilbert (1962; 1968), mas é só a partir de 2011 (BELLETTI, 2015) que essas pesquisas ganham continuidade e somente a partir de 2012 começaram a realizar-se pesquisas voltadas para a compreensão do passado histórico da cidade, desenvolvidas pela equipe do Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMS). As pesquisas desenvolvidas focaram na realização de atividades pontuais, com o objetivo de entender a ocupação humana da região nos períodos pré-colonial e colonial, e identificaram grande quantidade de sítios arqueológicos dispersos tanto na área rural como na área urbana de Tefé.

Contudo, o município tem passado por intensas transformações na sua paisagem, principalmente no espaço urbano. Assim como muitas cidades amazônicas, Tefé tem crescido de forma desordenada e a modernização urbana não tem levado em consideração a preservação do patrimônio, sejam as grandes construções ou os vestígios arqueológicos, o que tem contribuído para a destruição dos mesmos.

Hoje, muitos pontos históricos da cidade foram modificados, perdendo suas características originais, e alguns até destruídos. No caso dos vestígios arqueológicos, apenas em algumas áreas da cidade, que ainda não sofreram intervenções naturais ou humanas intensas, é possível encontrar esses vestígios sobre o terreno. Já em outras áreas, apenas na ocasião de construção de obras, são encontrados materiais arqueológicos sob superfície.

Essa configuração tem influenciado no desconhecimento, por parte da maioria da população, da existência de materiais pré-coloniais na área urbana da cidade. Na ocasião de levantamentos realizados junto à população de Tefé (FERNANDO, 2017), percebeu-se que boa parte da população da área urbana desconhece a existência desses sítios na cidade, ou ao menos nunca esteve em contato com materiais arqueológicos encontrados no município, associando o termo patrimônio cultural apenas às grandes construções mais antigas encontradas em Tefé.

Nesse sentido, compreender as percepções dos moradores sobre o patrimônio cultural da cidade, nos possibilita entender quais fatores influem nessas percepções e quais as relações estabelecidas entre pessoa e objeto. Além disso, é possível compreender até que ponto esse patrimônio tem lugar na memória e identidade das pessoas da cidade e de que forma isso se manifesta.

2.3. Trajetória e procedimentos da pesquisa

Todo trabalho científico começa com a pesquisa bibliográfica, que consiste no “[...] levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos [...]” (GERHARDT E SILVEIRA [Org.], 2009). Sendo assim, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca dos temas que se pretende discutir neste trabalho, permitindo um melhor conhecimento e aprofundamento sobre questões que envolvem o patrimônio cultural, a memória e a identidade cultural.

Partindo de uma abordagem de pesquisa qualitativa, onde não se preza a representatividade numérica, mas sim a compreensão de um grupo social, busquei, através de pesquisa de campo, coletar dados que permitissem analisar, através dos discursos dos

moradores sobre o patrimônio cultural, o lugar deste na memória e identidade cultural das pessoas. Segundo Gerhardt e Silveira (Orgs.), (2009), “A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa”

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas com moradores da cidade de Tefé, seguindo um roteiro de entrevista que foi pensado ainda na execução do projeto de Iniciação Científica, por mim desenvolvido em parceria com o IDSM, com questões predefinidas para nortear a conversa, mas que possibilitaram a liberdade para levantar outras questões conforme surgisse interesse no decorrer da entrevista. Procuramos compreender as percepções dos moradores sobre patrimônio, preservação e sua compreensão do passado histórico da cidade, tendo como referência principal as construções históricas e os vestígios arqueológicos dispersos pela cidade, além de observar que relações são estabelecidas com esses materiais.

As reflexões apresentadas neste trabalho, resultam da análise de entrevistas realizadas com 18 moradores do município, tendo como foco principal as percepções dos mesmos sobre o conjunto de coisas que compõe o patrimônio histórico e arqueológico do município. Para a realização das entrevistas, foi utilizado um método de levantamento conhecido como bola de neve, onde um entrevistado indica outro possível de ceder entrevista. Os indivíduos escolhidos para participarem da pesquisa foram pessoas com idade entre 19 a 80 anos e que residem na cidade há pelo menos mais de 5 anos.

Abaixo apresentamos um quadro com a distribuição das características dos moradores entrevistados (Tabela 1), optamos por nomear os entrevistados por número sequencial (Ex.: Entrevistado 1 [E1]) e iniciais para manter o sigilo e preservar a privacidade dos mesmos:

Tabela 1: Dados dos moradores entrevistados.

Entrevistados	Idade	Sexo	Profissão
E1 – R.P	52	F	Aposentada
E2 – F.E	59	F	Dona de casa
E3 – R.S	49	F	Estudante
E4 – R.M	35	M	Segurança
E5 – T.P.	74	F	Aposentada
E6 – D.S	46	M	Autônomo
E7 – S.O.	50	M	Estudante
E8 – A.P	44	M	Professor
E9 – M.D.	72	F	Aposentada
E10 – D.M.	20	F	Estudante

E11 – M.E.	70	F	Aposentada
E12 – J.G.	72	M	Aposentado
E13 – A.S.	50	M	Professor
E14 – L.P.	36	F	Serviços Gerais
E15 – M.D.	49	F	Agente de saúde
E16 – J. L	21	F	Técnico em enfermagem
E17 – R. A.	21	F	Estudante
E18 – W. A	27	F	Técnico em enfermagem

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Os sujeitos entrevistados são residentes em Tefé, com ocupações variadas e que acompanharam em maior ou menor grau, o processo de desenvolvimento urbano do município.

CAPÍTULO III: PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE EM TEFÉ

Neste terceiro e último capítulo, apresentamos o resultado da pesquisa, onde apontamos as diferentes percepções e significados do patrimônio cultural para a população de Tefé, buscando mostrar quais bens são considerados importantes para os moradores e de que forma se apropriam deste, ou seja, como o patrimônio cultural material se vincula a sua memória e identidade.

3.1. As pessoas e os objetos: Percepções da população de Tefé sobre o patrimônio material

Catroga (2015), na primeira parte do livro “História, Memória e Historiografia”, discute acerca do papel das representações materiais feitas pelos indivíduos para a recordação do passado e manutenção da memória social. Ou seja, objetos, vestígios e demais representações materiais, segundo o autor, são um elo entre o indivíduo e a ancestralidade, capazes de reavivar a memória e combater o esquecimento do passado histórico.

Em Tefé, é possível encontrar representações materiais que refletem o passado do município e a atuação de diversos órgãos na região e desempenham um papel importante na memória dos sujeitos, enquanto recordação de fatos e acontecimentos da vida social. Como exemplo podemos citar o Seminário São José, localizado no centro da cidade e que reflete o trabalho eclesial da Igreja no lugar.

Por possuírem esse caráter de vestígio do passado e de determinadas atuações, as antigas edificações são tomadas de uma importância, seja ela histórica, social ou apenas de admiração, pelos moradores. Entretanto, não só as construções antigas são consideradas importantes, mas também edificações relativamente recentes tem seu papel na memória dos sujeitos e por isso são apontadas como patrimônio histórico pelos os mesmos.

Na Tabela 2 são elencadas as construções citadas pelos moradores como importantes histórica e socialmente para o município de Tefé:

Tabela 2: Construções citadas pelos moradores.

Estruturas consideradas importantes
Seminário
Igreja Matriz

Rádio Rural
Construções da Missão dos Espiritanos
Estrutura física do cemitério
Prédio da atual capitania dos portos
Prédio da Prefeitura Municipal
ALCAT
Mercado Municipal

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Os sujeitos apresentam um grande interesse pelo que consideram como patrimônio histórico da cidade, representado pelas grandes construções existentes na mesma e na sua maioria ligadas à ação da Igreja em Tefé, como o Seminário São José, Igreja Matriz de Santa Tereza e a Missão dos Espiritanos. Esse patrimônio, em maior ou menor grau, está atrelado às suas memórias e identidade enquanto habitantes da cidade e é apropriado pelos moradores por meio de um discurso de preservação que desqualifica a atuação do poder público e aponta a falta de interesse do mesmo em cuidar do patrimônio histórico.

A moradora R. L., de 52 anos, residente no município desde criança e conhecedora das construções mais antigas, fala da necessidade de se investir no cuidado com a história ‘antiga’ da cidade, para que esta não se perca. Com um tom saudoso, ela comenta acerca das primeiras moradias existentes no centro de Tefé, que viu quando era criança e que hoje não existem mais:

[...] eu acho que deveria investir mais, porque...é, eu fiquei assim [...], eu fiquei muito triste, pelo fato (...pensando), eu lembro da nossa cidade quando ela iniciou que era assim, aquelas casas antigas, quase todas iguais né, era tipo um conjuntinho de casas, essas eram as primeiras casas da cidade, e, assim, eram diferentes, mas eram bem feitinhas, de barro. Então assim, se fosse... se elas tivessem sido preservadas.... nossa senhora! Tinha sido... eram muito lindas, então eu fico muito triste de passar e ver que não existe mais..., a gente não vê mais nenhuma casa assim [...].

A forma como descreve tais casas reflete a vividez com que estas estão presentes na memória de R. L. e o desejo de que tivessem sido preservadas. Em falas de alguns sujeitos é possível notar essa preocupação com relação à preservação da história da cidade por parte do poder público: *“Até hoje aqui em Tefé eu não vi isso né, como o poder público age pra preservar né, eu não vi.”*, afirma o morador R. M., de 35 anos, acerca dos investimentos com o patrimônio cultural do município. Em outra ocasião, F. E., de 59 anos narra o que espera ser feito em relação ao patrimônio: *“eu acho que deve ser cuidado, assim, reformado, alguma coisa*

que vai ficando... é... com o tempo vai desmoronando, construir novamente, pra ficar aquilo pra geração futura.”

De fato, tem-se notado que pouca ou nenhuma ação de preservação do patrimônio tem sido tomada pelo poder público da cidade; o que se nota é um grande interesse de crescimento econômico que em certa medida tem criado uma expectativa sobre o uso dos espaços públicos e dos locais onde se encontram construções históricas. Exemplo disso é a Academia de Letras e Artes de Tefé – ALCAT (Figura 03), cujo prédio é citado pelos moradores como uma construção que tinha uma importância histórica e social para a cidade, pois era uma das estruturas mais antigas e onde funcionavam cursos públicos, como informática dentre outros, mas que foi demolida em prol da construção de um edifício moderno onde hoje funciona uma galeria comercial (Figura 04).

Figura 3: Academia de Letras e Artes de Tefé antes de sua destruição.



Fonte: <tefenews.com.br> Acesso em 28/08/2018.

Figura 4: Hotel e Galeria Stylos Hall, construído no lugar da ALCAT.



Fonte: <tripcarta.com> Acesso em 28/08/2018.

A respeito dessas alterações no cenário urbano, já afirma Souza e Bastos (2011) que “As novas demandas sociais de inclusão, moradia, segurança e prosperidade econômica necessitam da atuação de políticas alternativas que, inevitavelmente, altera os cenários urbanos e extra-urbanos. [...]”. Assim, as edificações antigas, por vezes vistas como um entrave ao progresso econômico das cidades, acabam por serem demolidas para que outras venham a ser construídas em seu lugar e atender as demandas locais, sejam elas de moradia, inclusão ou demandas econômicas, no qual se enquadra a situação da ALCAT.

Nesse sentido, o caso da ALCAT, na visão dos moradores, é apenas um de outros que poderão acontecer devido ao interesse do poder público e das elites por uma transformação urbana que vise o crescimento econômico e a modernização do espaço urbano e a falta de iniciativas de preservação que abracem o passado histórico da cidade contado por meio das antigas estruturas. Vale notar, que a maioria das construções citadas pelos moradores como parte importante da história de Tefé, estão localizadas no centro da cidade, bairro majoritariamente comercial e de grande circulação de pessoas, o que de certa forma gera um conflito de interesses quanto à preservação e uso dos espaços.

Ao citarem a ALCAT, a despeito de sua destruição, nota-se uma relação de rememoração por parte dos entrevistados, ou seja, é avivada uma lembrança de algo que teve sua importância em dado momento na história da cidade e cuja importância permanece viva na memória das pessoas.

Assim, apesar de destruída em função da construção de um prédio comercial, a ALCAT ainda é considerada como uma parte importante da história de Tefé e é recordada pelos moradores, continuando viva nas lembranças dos mesmos. Segundo Catroga (2015) “[...] a recordação é a prova de que se pode experimentar o tempo fora dos quadros do causalismo mecânico [...]”, dessa forma ela não é escrava de causalidades em relação ao presente, mas permite que sejam construídas histórias e interpretações a partir de um amplo horizonte de possibilidades, não somente em função do ocorrido ou do que já existiu. Nesse sentido, explica-se porque apesar do vestígio não mais existir fisicamente, ainda é recordado pelos sujeitos.

Para além da importância histórica, as construções citadas pelos moradores, também possuem um caráter de importância social, ou seja, são valorizados pelas ações que exerceram ou ainda exercem na cidade. Exemplo disso é a Rádio Rural de Tefé (Figura 05), que para os sujeitos possuiu por muito tempo um importante papel, relacionado principalmente à educação, como afirma o morador A. P., de 44 anos, professor da rede pública de ensino:

[...] a Rádio Educação Rural de Tefé é um grande ícone da educação dentro do município, porque dentro dela mesmo, não só da parte da estrutura física, mas de tudo que ela representa, por exemplo, quando ela começou com o Movimento de Educação de Base, que era o MEB... funcionava como uma espécie de EMATER, SEBRAE, trabalhavam em parceria com a prefeitura, eles conseguiram fazer coisas enormemente assim, grandiosas também na cidade de Tefé. É na educação, no trabalho, enfim, um bocado de coisas [...].

Figura 5: Prédio onde funciona a Rádio Rural de Tefé.



Fonte: <<https://prefeituradefefe.com.br/guia-da-cidade/radio-educacao-rural-de-tefe/>> Acesso em: 28/08/2018

Em sua fala, A. P. refere-se à atuação da Rádio Rural na educação dos moradores do município através do Movimento de Educação de Base (MEB), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e que realiza ações de educação popular principalmente no Norte e Nordeste do país. Em Tefé, a história da Rádio Rural começou com sua implantação, realizada pelo MEB em conjunto com entidades eclesiais da Igreja, em meados de 1962, mas o prédio em que funciona atualmente só foi inaugurado em 1966.

Nota-se na fala do morador, que a importância da Rádio para o mesmo em relação a história da cidade, está além da estrutura física, da dimensão material, mas carrega uma importância também imaterial. Knack (2007) afirma, a respeito das produções culturais materiais, que “A cultura não é apenas o objeto produzido, mas o significado atribuído a ele pela sociedade [...]” (Op. Cit). Nesse sentido, as pessoas mantêm ou transformam o objeto da cultura de acordo com a significância que este possui para elas no tempo, no espaço e nas suas memórias.

A Rádio Rural também é valorizada pelos sujeitos por ser a mais antiga rádio da cidade de Tefé. Segundo o entrevistado, “*ela tem um valor histórico imenso, [...] por tudo que ela representa*”; ou seja, ela é apropriada como parte da memória histórica da cidade pela sua importância social em relação as ações de educação realizadas durante sua trajetória e pelo fato de ter sido a primeira rádio a ser implantada no município de Tefé.

O prédio onde funciona a atual Capitania dos Portos (Figura 06) também é citado como estrutura importante para alguns moradores. Essa importância está, segundo eles, na sua trajetória histórica, pois nos primórdios da cidade, funcionava no local a Igreja de Bom Jesus, uma das primeiras construções religiosas erguidas em Tefé. Também nesse lugar, ficava situado um cemitério: “*o primeiro cemitério foi ali naquele local, atrás, que ali tinha uma capelinha que com o tempo ela foi destruída*”, afirma o morador A.P. Tal capela, da qual fala o morador, foi construída por volta do ano de 1884, às margens do Lago Tefé, em cima do cemitério da antiga Vila de Ega, servindo como uma paróquia provisória (SILVA, 2016).

Figura 6: Prédio da Capitania dos Portos.



Fonte: Acervo pessoal da autora

A Catedral da Saudade – cemitério da cidade -, construção inaugurada em 1893, também é citada, porém por um único sujeito, que afirma que a construção é centenária e faz parte da história da cidade. Segundo o mesmo mostra também o quanto Tefé cresceu com tempo, pois afirma saber que o cemitério foi construído fora da cidade e hoje ela cresceu tanto que o mesmo acabou ficando localizado no meio da área urbana, como afirma J. G., de 72 anos, morador do bairro de Jerusalém e que reside em Tefé há pelo menos 57 anos: *“na época que eu vim pra cá, aqui não existia nada, tudo era mato, então a cidade era só do cemitério pra lá, só pra lá”* Outra edificação citada por apenas um sujeito, é o Mercado Municipal, contudo, a importância dada para essa construção é voltada apenas pelo caráter de sua antiguidade.

As imagens abaixo mostram o Mercado em dois tempos diferentes, em uma época mais antiga da cidade (Figura 07) e na atualidade (Figura 08).

Figura 7: Mercado municipal de Tefé/AM em 1983.



Fonte: <<https://prefeituradetefe.com.br/acervo-fotografico-de-tefe-antigamente/>> Acesso em: 08/11/18.

Figura 8: Mercado Municipal de Tefé atualmente.



Fonte: Acervo pessoal da autora

Nota-se que essa estrutura já perdeu muito das suas características originais, e os inúmeros outdoors e anúncios de lojas de vestuário tem encoberto e danificado o que resta da estrutura original. Para quem entra em lojas localizadas no Mercado Municipal, percebe que muito foi alterado e o que ainda resta da estrutura original está seriamente danificado e deteriorado. Essa falta de cuidado e interesse pela manutenção da estrutura do Mercado Municipal pode ser um dos agentes que influem na relação das pessoas com a edificação, contribuindo para que as relações de identificação com o objeto se enfraqueçam.

Outra estrutura mencionada é o Palácio Bertholletia Excelsa, sede da Prefeitura Municipal de Tefé (Figura 09 e 10). O prédio é citado como patrimônio cultural apenas por dois

sujeitos, que afirmam ser uma construção que representa a “época antiga” de Tefé. Apesar de citado como patrimônio, não se nota uma relação forte de identificação dos sujeitos com essa estrutura, quando comparado com as narrativas acerca das edificações como Seminário e Matriz que serão apresentadas adiante, ela é mencionada por sua relação com a história antiga da cidade, mas não é fortemente apropriada pelos mesmos. Tanto é que essa estrutura não chega a ser mencionada pelos demais moradores e os que a citam não a veem enquanto bem a ser preservado.

Figura 9: Palácio Bertholletia Excelsa, sede da Prefeitura de Tefé, 19-.



Fonte: <<https://prefeituradetefe.com.br/acervo-fotografico-de-tefe-antigamente/>> Acesso em 08/11/18.

Figura 10: Palácio Bertholletia Excelsa atualmente.



Fonte: <<https://prefeituradetefe.com.br/guia-da-cidade/palacio-bertholletia-excelsa/>> Acesso em: 08/11/18.

Mesmo quando citadas em menor grau, as edificações mencionadas pelos moradores em seus discursos, são estruturas que influem na identificação dos mesmos com a cidade pois são “[...] lugares de memória que possuem importante significado por fazerem parte de uma memória coletiva de um passado remoto [...]” (CORREA et al, 2016), e, portanto, permitem aos sujeitos relembrar os fatos vividos nesses locais, despertando sentimentos e sensações relacionados à sua própria história e da sua cidade.

Das edificações listadas na Tabela 2, as que mais aparecem nos discursos dos moradores sobre o patrimônio da cidade são o Seminário São José (Figura 11) e a Igreja Matriz de Santa Tereza (Figura 12). Ao indagados sobre o que consideram como patrimônio histórico, geralmente, a primeira resposta que vem à cabeça dos entrevistados, de imediato, são essas duas construções.

Figura 11: Seminário São José, Tefé/AM.



Foto: Firmino Cachada

A imagem acima mostra parte da área frontal do Seminário São José e o fluxo de pessoas que se deslocam constantemente para o Mercado Municipal de fica localizado próximo ao mesmo. Na imagem abaixo, vemos a Igreja Matriz de Santa Tereza, onde pode-se notar que, apesar de manter seu formato original, já foi alvo de intensas reformas para sua melhoria estética e estrutural.

Figura 12: Igreja Matriz de Santa Tereza, Tefé/AM.



Foto: Cezar Mario Rech

Essas edificações, na visão dos sujeitos, estão fortemente ligadas à história do município e conseqüentemente à memória dos mesmos, pois segundo eles, foram algumas das primeiras estruturas erguidas na cidade e, portanto, refletem a trajetória histórica da mesma. É possível perceber tal ligação na fala da moradora M. D. [E15], de 49 anos, residente no bairro do Abial, sobre o Seminário: *“já faz muito tempo que existe, já traz a história em si né”*.

Observamos que estas são as construções mais vivas nas memórias das pessoas, quando se trata de patrimônio histórico, e as que estes consideram mais importantes para a cidade, pois quando indagados sobre o que deve ser preservado, as respostas dos sujeitos geralmente se referiam ao Seminário, a Igreja Matriz e, só após um tempo de conversa, outras estruturas iam aparecendo na fala dos mesmos.

Tal fato mostra uma relação identitária mais estreita com essas duas construções do que com as demais mencionadas e uma noção de preservação voltada para os grandes monumentos e em sua maioria relacionados à atuação da Igreja no município. Essa relação diferenciada com essas edificações pode se dar pelo fato de que são as que mais fazem parte da paisagem

quotidiana dos moradores - também são as mais visíveis, dado sua estrutura arquitetônica -, estando sempre presentes em suas lembranças, sendo para eles as mais emblemáticas construções da cidade, e pelo cunho religioso, ou seja, por representar as ações da Igreja no lugar ao longo do tempo.

Os sujeitos também possuem uma relação diferenciada com a Missão dos Espiritanos (Figura 13), visto que se trata de uma comunidade com várias construções que são consideradas históricas por parte da população de Tefé. Assim, alguns moradores citam a Missão, enquanto conjunto de construções antigas, como patrimônio histórico cultural da cidade, relatando também seu papel religioso para o município no passado.

Figura 13: Construções da Missão.



Fonte:<<https://prefeituradetefe.com.br/guia-da-cidade/comunidade-das-missoes/>> Acesso em 06/11/18

É interessante notar que todas as edificações citadas pelos moradores estão localizadas no centro de Tefé, com exceção da Missão dos Espiritanos. Pode-se afirmar que a cidade está crescendo em torno daquilo que é tomado como relevante para história da mesma, ou seja, a memória e identidade está circunscrita a uma determinada região da cidade, o centro. Tal fato se dá por essa área representar o início da cidade, é lá que foram dados os primeiros passos na constituição de um município como hoje é Tefé; as primeiras casas, primeiras igrejas, rádio e escolas, foram todas construídas onde hoje é o bairro conhecido por Centro. A única construção que fica de fora, as edificações da Missão, tem vínculo direto com a história da cidade, pois foi ponto de irradiação da ação missionária na região.

Nesse sentido, por mais que os sujeitos residam em áreas diferentes da cidade, é no centro que eles se reconhecem, é lá que suas memórias e histórias se encontram e formam a

história da cidade de acordo com suas diferentes visões; o centro é o vetor da identidade dos moradores enquanto tefeenses, visto que esta é formada em parte por identificações relacionadas aos patrimônios que se localizam nesse espaço de Tefé.

Importante ressaltar também, que a forma como entendem o patrimônio histórico e como se relacionam com ele está diretamente ligada às vivências e experiências tidas ao longo da vida dos sujeitos, fato visto por exemplo na declaração de R. M. sobre a Igreja Matriz: *“quando eu era criança a gente visitava mais a Igreja Católica, lá da Matriz de Santa Tereza”*. Assim, as relações sujeito-objeto são pautadas nas práticas, saberes e experiências vividas; são relações que ultrapassam o material e adentram nas subjetividades dos indivíduos.

3.1.1. Vestígios arqueológicos e as identificações em Tefé

As grandes construções existentes em Tefé são as mais conhecidas e citadas pelos sujeitos como patrimônio cultural, os vestígios arqueológicos, apesar de também comporem o patrimônio material da cidade, são pouco mencionados pelos moradores como tal, ainda que todos já tenham escutado sobre esses materiais. Os poucos sujeitos que reconhecem os vestígios arqueológicos como patrimônio, possuem uma forte relação identitária com estes.

Também conhecidos como “cacos de índio”, os vestígios arqueológicos são associados pelos moradores como indícios da presença de povos indígenas na região de Tefé há muitos anos atrás, e figuram para eles uma prova da ancestralidade indígena. É possível ver tal relação na afirmação de F. E.: *“são materiais feitos pelas pessoas mais antigas, pelos índios que viveram aqui há anos e anos atrás, eles deixaram enterrados esses cacos, potes de louça, de barro”*. Discurso semelhante é feito pelo morador D. S.: *“isso [os cacos] prova que aqui, existiram civilizações aqui, há muito, muito tempo atrás.”*. Ou seja, os vestígios arqueológicos figuram para eles uma prova de um passado muito antigo da região, ainda mais antigo que aquele que remete à construção de edifícios como o Seminário São José.

Os sujeitos que já tiveram contato com os “cacos de índio” relacionam esse termo aos potes e/ou fragmentos cerâmicos que encontravam nos terrenos das casas quando eram crianças ou que ainda encontram quando fazem alguma construção, potes esses que os moradores afirmam terem sido feitos pelos índios que antigamente ocupavam a região.

A senhora M. D. [E15] relata que quando era criança encontrava grande quantidade de vestígios, fragmentados ou inteiros, nas margens do igarapé Xidarini, defronte ao bairro Abial. Segundo seu relato, em dias de chuva saía para coletar os potes cerâmicos que apareciam no

barranco devido ao processo de erosão pluvial e fluvial. Além de M. D., outros seis entrevistados também encontravam muitos fragmentos cerâmicos nos barrancos e nos terrenos de suas casas e roças, porém nem todos coletavam esses materiais, e quando sim, guardavam apenas por pouco tempo, descartando ou doando depois.

Além disso, os mais coletados eram os potes inteiros, que poderiam ser utilizados de alguma forma futuramente, como vaso de plantas por exemplo. Somente dois dos entrevistados ainda possuem alguns materiais arqueológicos guardados, uma pequena coleção própria formada por fragmentos de objetos que, ou encontraram em comunidades próximas à cidade de Tefé, ou foram doados a estes.

A prática do colecionismo – em pequenas comunidades rurais -, é entendida por Bezerra (2011) como uma “[...] forma de lidar com um passado que é, muitas vezes, negado pelas narrativas locais, além de apropriado por esse processo de fruição da cultura material.”, e não como uma prática destrutiva e que ameace o patrimônio arqueológico. No contexto urbano de Tefé, tal prática também não figura uma grande ameaça a esse patrimônio, visto que este já é difícil de ser encontrado, por razões que serão expostas mais à frente. Assim, as pequenas coleções acabam se transformando em um modo de manter viva a existência desses materiais e as histórias a eles relacionadas na memória das pessoas.

A senhora R. L., comenta que quando jovem encontrava muitos materiais cerâmicos, porém afirma: *“como a gente nunca deu importância pra isso, a gente simplesmente levava no meio da terra, jogava”*, pois segundo ela, era muito *“farto de encontrar”* e se tornou algo muito comum para a mesma. Ou seja, havia uma naturalização com esses materiais, pois estavam presentes no cotidiano e eram facilmente encontrados pelos moradores, não causando surpresa. Contudo, tal fato não anula a significância desses vestígios, essa relação pessoa-objeto “[...] pode ser entendida como o resultado de um envolvimento tão intenso [...] que não há espaço para o estranhamento” (BEZERRA, 2011).

A moradora afirma ainda que hoje já tem uma consciência diferente acerca da importância desse material, pois já conhece a história da cidade e acredita que esse material está relacionado com a mesma e com a sua história enquanto descendente de indígenas: *“faz parte da história né, faz parte da nossa história.”*, afirma. R. L. defende que estes devem ser guardados como prova concreta, palpável, da sua ancestralidade indígena. Aqui é possível observar como as identidades podem sofrer mudanças ao longo da vivência dos sujeitos (BAUMAN, 2013), pois a partir das experiências vividas e aprendidas pela moradora, sua

relação com os vestígios arqueológicos é diferente do que era no passado, há hoje uma identificação maior com o objeto, relacionando-o a sua identidade cultural.

Outro sujeito, R. M., afirma também: “*como nós somos da Amazônia, esses cacos aqui eles mostram a cultura do povo, como era antes né, até a nossa chegada, como veio modificando com o tempo pra cá*”. Tais afirmativas dos indivíduos mostram uma associação entre os “cacos de índio” e a memória histórica da população em relação ao passado da região. Além disso, evidenciam a importância do material arqueológico para os moradores, como componente de sua identidade cultural e memória histórica, enquanto descendentes dos antigos habitantes do local.

Funari (s.d) afirma que “Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado [...]”. Nesse sentido, as percepções em relação ao patrimônio material estão relacionadas às mensagens contidas nos objetos, sejam os grandes monumentos, que mostram a ação da igreja em Tefé, seja os vestígios arqueológicos que contam um pouco sobre os primeiros habitantes da região.

Contudo, nem todos os sujeitos entrevistados ao longo da pesquisa reconhecem no material arqueológico a importância no que diz respeito à memória histórica e identidade cultural. Quatro dos entrevistados afirmaram que os “cacos de índio” não têm nenhuma importância, pois segundo eles, esses materiais não têm nenhuma utilidade - já que são encontrados somente os cacos e não potes/vasos inteiros -, e nenhum significado em especial.

Em relação à presença de materiais arqueológicos em Tefé, R. L., assim como outros moradores de mais idade, que já tiveram contato com os vestígios arqueológicos, afirmam que hoje não é mais fácil encontrar os vasos e fragmentos cerâmicos como antigamente por vários fatores, como as chuvas, os aterros nos terrenos e o próprio crescimento urbano da cidade, pois as construções acabaram ficando sobre esses materiais, já que não houveram estudos e nem resgate dos mesmos.

Os sujeitos mais novos por exemplo, afirmam nunca ter encontrado esses vestígios na cidade, apenas ouviram falar da existência dos mesmos pelos seus pais e avós, que já residiam em Tefé antes do intenso e rápido crescimento urbano. Talvez por esse motivo, não tenham uma relação identitária forte com esse material como as pessoas mais velhas, mencionando apenas que consideram importante para história do município, mas não o associando com a sua própria história ou se apropriando dos mesmos.

Os materiais arqueológicos, enfatiza a moradora R. S., “*são peças raras de ser encontradas na cidade*”; os moradores afirmam que hoje é mais fácil encontrar nas comunidades do entorno da cidade de Tefé e na região dos rios e lagos do Amazonas. Alguns sujeitos apontam que a falta de interesse do poder público em estudar os materiais arqueológicos e entender o passado da região contribui para que estes não sejam preservados e desapareçam, pois, sem conhecer não há porque preservar. Tal questão é defendida pelo morador A.P.: “*a partir do momento que se conhece aquilo, você começa a valorizar, e se você valoriza você vai o quê? Preservar.*”

Esses significados e discursos acerca do patrimônio cultural material de Tefé, mostram um vínculo relativamente forte dos moradores com o passado histórico da região. Ou seja, esse patrimônio, seja ele as grandes construções ou os vestígios arqueológicos, tem papel importante nas identidades e memórias dos sujeitos, reavivando fatos vividos ou conhecidos através das histórias contadas pelos vestígios materiais. Tal fato verifica-se nas narrativas dos moradores quanto a preservação desses bens, apontando para a necessidade de preservá-los para que as próximas gerações tenham contato com esse patrimônio e conheçam a história de Tefé, desde seus primeiros habitantes até a atualidade.

3.2. Preservação e fruição do patrimônio cultural: Interesses e conflitos

O discurso da preservação está muito presente nas narrativas dos moradores, principalmente quando se referem às grandes construções antigas consideradas por eles como patrimônio histórico de Tefé. Através desse discurso, é possível ver que esse patrimônio está ainda muito vinculado à memória e identidade das pessoas enquanto moradores da cidade. Contudo, a falta de interesse do poder público com o patrimônio cultural material de Tefé pode acabar levando a perda desses bens, tendo reflexo diretamente na memória histórica e identidade da população.

Os sujeitos, de modo geral, afirmam desconhecer a atuação do poder público no sentido de preservar o patrimônio histórico e arqueológico do município e alguns afirmam que somente a Igreja tem feito algo para preservar as antigas construções como o Seminário, a Igreja Matriz e a Rádio Rural, promovendo reformas nas mesmas para que não se deteriorem. A Missão dos Espiritanos, por exemplo, tem sido mantida somente pela própria Congregação dos Espiritanos, sem nenhuma parceria com Secretarias, seja de cultura ou turismo de Tefé (CORREA, et al, 2016).

Contudo, os sujeitos afirmam que as reformas promovidas não se preocupam em manter as características originais das construções, pois são reformas pontuais que visam mais a questão estética, como no caso da Igreja Matriz, ou reformas emergenciais, como as realizadas principalmente no interior do Seminário São José.

O interesse dos sujeitos em preservar a cultura material de Tefé, acaba entrando em conflito com outros interesses, seja político, ideológico ou econômico. Aqui relembramos o caso da ALCAT, onde um pequeno grupo de pessoas, à época de sua destruição, movimentou-se para que tal fato não acontecesse, mostrando a importância histórica e social que tal local tinha para a comunidade tefeense. Contudo, o interesse econômico prevaleceu e o prédio da ALCAT acabou dando lugar a um prédio comercial. Acerca da destruição dessa estrutura, o morador R.M afirma: *“o pessoal aqui tem dinheiro, então faz o que querem, então eles derrubaram, disseram que o terreno não era da prefeitura, era de outra pessoa. Resultado, quem perdeu? A cidade”*.

Nesse sentido, apesar do desejo de preservação desses objetos da cultura material de Tefé, o que acontece é um total descaso por parte do poder público. Não se nota nenhuma busca por conhecer melhor a parte histórica refletida nas construções ou nos materiais arqueológicos, nenhum trabalho de educação patrimonial, conscientização da importância de tais objetos; nada que seja de conhecimento dos moradores. Tanto os moradores mais velhos quanto os mais novos, falam da falta de investimento do poder público nesse sentido, ou ao menos do seu desconhecimento quanto a esses tipos de ações.

Em suas narrativas, os sujeitos apontam a necessidade de se preservar a história da cidade através de investimentos na preservação dos monumentos, construção de museus para os vestígios arqueológicos e secretarias responsáveis por trabalhar com o patrimônio material.

Além disso, alguns sujeitos apontaram para a necessidade de se criar leis que tratem do patrimônio histórico de Tefé e para a criação de associações voltadas para a preservação do mesmo. Um dos sujeitos, A. M., apontou para a necessidade de uma Secretaria de Cultura mais atuante no município, pois segundo o mesmo, a questão histórica e cultural em Tefé tem sido esquecida.

Essas são sugestões apresentadas pelos moradores para a fruição do passado histórico da sua cidade, ou seja, para que as futuras gerações possam usufruir desse patrimônio e conhecer a história de Tefé e conseqüentemente sua própria história enquanto tefeense. Tais sugestões mostram a preocupação dos sujeitos com a preservação de elementos que estão ligados à sua história e da sua cidade.

Para Funari (s.d) as metas da preservação do patrimônio incluem informação, criação de consciência, transformação e ação no mundo, pois a preservação dos bens culturais pode levar à reflexão crítica, transformando a própria sociedade. Nesse sentido, as alternativas apresentadas pelos moradores figuram uma forma de ação na sociedade para a tomada de consciência em relação a importância do patrimônio para a população e para garantir a manutenção da memória histórica e identidade relacionada à cultura material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se falar de memória e identidade cultural, é inegável pensar que a cultura material tem papel fundamental na construção e manutenção desses vieses da subjetividade humana, como discutido no decorrer do primeiro capítulo deste trabalho. Em Tefé, tal fato é bem visível, pois os vestígios arqueológicos e principalmente as grandes construções encontradas no centro da cidade estão ainda presentes nas memórias dos moradores, enquanto patrimônio cultural, e detém importância para os mesmos no que diz respeito à história da cidade e a suas próprias vivências individuais.

Essa importância é verificada no forte discurso de preservação, que anseia a manutenção e a fruição desses bens, ou seja, o desejo dos indivíduos de que esses materiais continuem existindo fisicamente, para que possam “contar” as histórias referentes à cidade, e no anseio de que o poder público desenvolva ações para a manutenção do patrimônio cultural.

No segundo capítulo deste trabalho, foi brevemente apresentada a trajetória histórica da cidade de Tefé, desde sua existência enquanto Vila de Ega, até sua elevação à categoria de cidade, além de algumas considerações sobre o crescimento urbano e a preservação do patrimônio cultural no município, que, em certa medida, tem sido esquecido pelo poder público, segundo os apontamentos dos moradores entrevistados durante a realização da pesquisa.

O forte descaso para com o patrimônio, observado e narrado pelos moradores, é um fator que pode acarretar na destruição dos bens culturais e conseqüentemente nas identificações dos indivíduos para com os mesmos. As transformações no espaço urbano de Tefé por exemplo, como o processo de crescimento desordenado e de modernização urbana afetam a preservação do patrimônio, seja em maior ou menor grau, dependendo dos interesses em jogo. Assim, alternativas como a criação de leis de proteção, atividades de educação patrimonial, dentre outras apresentadas, são opções que podem ajudar a manter viva a história contada através dos vestígios do passado.

Importante ressaltar que, quando falamos do patrimônio cultural material da cidade, o fazemos a partir da visão dos próprios moradores, ou seja, trabalhamos com o que os próprios sujeitos reconhecem enquanto tal, como pode-se verificar ao longo do terceiro capítulo deste trabalho. Dessa forma, o patrimônio e as ações para sua preservação e fruição são apresentadas pelos próprios sujeitos, a partir de seus entendimentos, suas identificações e anseios.

Espera-se que as reflexões apresentadas nesse estudo sejam uma contribuição para a comunidade acadêmica e para a própria cidade de Tefé, enquanto discussão acerca da questão

patrimonial desta. Além disso, dada a pouca produção bibliográfica sobre patrimônio para a cidade e o estado do Amazonas, pretende-se contribuir para as discussões que tem sido realizadas sobre a questão em todos os âmbitos.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de. (Ed.) **Patrimônio cultural arqueológico: diálogos, reflexões e práticas.** – São Paulo, SP: Superintendência do Iphan em São Paulo, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno.** 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BELLETTI, J. **A Arqueologia do Lago Tefé e a Expansão Polícroma.** Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.
- BERTAGNOLLI, Gisele B. Leal. **Processos de construção de identidades regionais: cultura imaterial, identidade e desenvolvimento.** Ed. Perspectiva, Erechim. v. 39, n.148, p. 47-54, 2015.
- BEZERRA, Márcia. **“As moedas dos índios” um estudo de caso sobre significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum, Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr. 2011.
- BRASIL. Art. 216, Seção II. Dispõe sobre a cultura e o patrimônio cultural e dá outras providências. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.
- CARNEIRO, C. G. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia.** São Paulo: Tese de doutorado defendida no MAE/USP, 2009.
- CATROGRA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Trad. Luciano Vieira Machado. – São Paulo. Ed. UNESP, 2011.
- COSTA, B.L.S. **Levantamento Arqueológico na RDSA – Estado do Amazonas.** Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 2012.
- CORREA, et al. **Gestão para Conservação e Manutenção dos Patrimônios Culturais na comunidade da Missão em Tefé/Am.** Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFAM. Vol. 10 - Nº 2 – dezembro, 2016.
- FERNANDO, V. L.; TAMANAHA, E. K; LIMA, S. C. **Conservação de urnas do Lago Amanã.** Relatório apresentado ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tefé, 2016.
- FERNANDO, V.L, et al. **As relações e os significados do patrimônio arqueológico na cidade de Tefé, AM.** Relatório apresentado ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tefé, 2017.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio e memória: considerações sobre os bens culturais.** s.d.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARVALHO, Aline Viera de. Cultura material e patrimônio científico: discussões atuais. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Orgs.). **Cultura**

Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009, p. 3 a 13.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.) **Métodos de pesquisa.** coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial.** - Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade,** 1. Ed, Lamparina, 2014.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Modernização do Espaço Urbano e Patrimônio Histórico: Passo Fundo, RS.** Dissertação de mestrado. UPF, Passo Fundo, 2007.

LAPLANTINE. **Aprender antropologia.** São Paulo, Brasiliense, 2003.

HILBERT, P. P. **New stratigraphic evidence of culture change on the middle Amazon (Solimões).** Akten des 34° Internationalen Amerikanisten kongresses, p. 471-476, 1962.

_____. **Archäologische Untersuchungen am mittleren Amazon. Berlin. Marburger Studien zur Volkerkund,** 1, 1968.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico.** 14. ed, - Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2001.

MACHADO, Jurema; BRAGA, Sylvia. **Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil.** – Brasília: UNESCO, IPHAN, 2010.

MARTINS, Marcelo Sabino. **Cultura numa encruzilhada: discussões sobre o conceito de cultura na história.** Revista Labirinto, ano XII, nº 16, 2012.

PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação.** São Paulo: Brasiliense, 2009, 136 p.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF.** XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012.

REIS, José Alberione dos Reis. Quais condições de existência sustentam uma tensão dentro da Arqueologia entre documento escrito/documento material? In: CURTONI, Rafael Pedro; ENDERE, María Luz (Orgs.). **Análisis, interpretación y gestión em la Arqueología de Sudamérica.** INCUAPA, 2003.

SANTOS, Sandrielle Pessoa dos. **Tempo e espaço na Amazônia colonial: da Vila de Ega à cidade de Tefé séculos XVIII e XIX.** Dissertação de Mestrado. UFAM, Manaus, 2016.

SCHAAN, Denise Pahl. **Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia.** Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 2007.

SILVEIRA, F. L. A. D.; BEZERRA, M. **Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas.** In: ECKERT, C.; FILHO, M. L.; BELTRÃO, J. M. F. Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra, ABA, Fundação Ford, 2007.

SILVA, L. W. F; SILVA; M. A; TAMANAHA, E. K. **Preservação do patrimônio em Tefé – AM: diferentes visões e agentes.** Relatório apresentado ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tefé, 2016.

SILVA, Fabíola. **As tecnologias e seus significados**. Canindé, Xingó, nº 2, 2002.

TAMANAHHA et al. 2015. **Levantamento de sítio arqueológicos no Lagos Jutica e Caiambé, município de Tefé/AM**. Cadernos do Lepaarq, Vol. XII, nº23, 2015.

[≤https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tefe](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tefe)> (Acesso em 14/08/2018)

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=1304203>> (Acesso em 26/09/2018)

<<http://www.meb.org.br/quem-somos/>> (Acesso em 10/09/2018)

[≤http://portal.iphan.gov.br/](http://portal.iphan.gov.br/)> (Acesso em 25/07/2018)

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DO ENTREVISTADO:

Nome:
Data de nascimento:
Endereço:
Profissão atual:

DADOS DA ENTREVISTA

Indicação do contato:
Data da entrevista:
Local da entrevista:

PERGUNTAS:

- 1) Onde você nasceu?
- 2) Quanto tempo você mora em Tefé?
- 3) Para você, quais os momentos históricos mais importantes da cidade?
- 4) O que a cidade possui de mais importante que deveria ser preservado/guardado para as novas gerações?
- 5) Você já ouviu falar de caco de índio? Pote dos índios antigos? Pedacos de bilha, alguidar ou fogareiro que os índios deixaram?
- 6) Já viu esses cacos em algum outro lugar? Onde?
- 7) Você sabe como esses cacos foram parar aqui? De quem eram esses cacos?
- 8) Você guarda/junta eles em casa?
- 9) Se sim, para que você usa/guarda? Qual o critério de escolha?
- 10) Se não, porque você não guarda/junta?
- 11) Qual o significado que esses cacos têm para você?
- 12) Como o poder público (prefeitura, estado, órgãos governamentais) preserva/trabalha com a história da cidade? Você acha que poderia ser diferente?
- 13) Você conhece algum lugar em Tefé que tem esses cacos no chão? Você conhece alguém que já encontrou ou guarda esses cacos?